

“Tudo presta a quem tudo precisa”: os discursos sobre a escolarização da infância pobre, presentes na *Revista do Ensino*, de Minas Gerais (1925-1930)

Paula Cristina David Guimarães*

Resumo:

Este trabalho investiga os principais discursos direcionados à educação da infância pobre, veiculados pela *Revista do Ensino*, de Minas Gerais, entre os anos de 1925 e 1930. Para tal empreendimento, foi realizada a análise documental de 52 números da *Revista do Ensino* e também a consulta de parte da legislação do período em questão. Como referencial teórico-metodológico, foram adotadas as chamadas “ferramentas foucaultianas”, principalmente aquelas que nos ajudam a compreender as “relações de poder e saber”, bem como a “produção de verdades” no interior dos discursos. Os resultados da pesquisa apontam que a escolarização da infância pobre foi vista, pelos discursos pesquisados, como condição considerada primordial para que o aluno se tornasse um cidadão produtivo para a sociedade.

Palavras-chave:

Infância pobre; escolarização; Revista do Ensino; discurso moral; discurso médico; discurso da Psicologia.

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação – GEPHE – da Faculdade de Educação da UFMG.

“Everything is good for those who need”: the discourses about the education of poor children disseminated by *Revista de Ensino*, Minas Gerais state (1925-1930)

Paula Cristina David Guimarães

Abstract:

This study aims at investigating the main discourses addressed to the education of impoverished children disseminated by *Revista do Ensino*, Minas Gerais state, between 1925 and 1930. To this end, we carried out a documental analysis of 52 issues of *Revista do Ensino* and consulted part of the legislation concerning the educational reform occurred at that time. We adopted the so-called “Foucaultian tools” as a theoretical-methodological framework, mainly those that help us understand the relations of power and knowledge present in discourse. The results obtained suggest poor children’s education as the best device for a wider formation of individuals; and this formation was considered paramount so that students could become productive citizens.

Keywords:

Poor childhood; schooling, Revista do Ensino; moral discourse; medical discourse; psychological discourse.

“Todo sirve para quien todo necesita”: los discursos sobre la escolarización de la infancia pobre, presentes en la *Revista de Ensino*, de Minas Gerais (1925-1930)

Paula Cristina David Guimarães

Resumen:

Este trabajo investiga los principales discursos dirigidos a la educación de la infancia pobre publicados por la Revista de Enseñanza de Minas Gerais entre 1925 y 1930. Para tal emprendimiento, fue realizado el análisis documental de 52 números de la *Revista de Enseñanza* y también la consulta de parte de la legislación del período en cuestión. Como referencial teórico-metodológico, fueron adoptadas las llamadas “herramientas foucaultianas”, principalmente aquellas que nos ayudan a comprender las “relaciones de poder y saber”, así como la “producción de verdades” en el interior de los discursos. Los resultados de la pesquisa apuntan que la escolarización de la infancia pobre fue vista, por los discursos pesquisados, como condición considerada primordial para que el alumno se convirtiera en un ciudadano productivo para la sociedad.

Palabras-clave:

Infancia pobre; escolarización; Revista de Enseñanza; discurso moral; discurso médico; discurso de la Psicología.

Introdução

Já nos primeiros anos da República brasileira definiu-se que a educação seria o meio mais eficaz para tornar o Brasil digno de participar do concerto das nações civilizadas. Com vistas a tornar isso possível, despontaram no País vários discursos, principalmente aqueles voltados para a educação da massa da população. A educação das “classes inferiores da sociedade” era considerada, nos discursos de dirigentes e intelectuais, como meio para fazer do Brasil um país moderno e elevá-lo ao nível das “nações cultas”.

Nesse contexto, a criança em processo de educação passou a ser pensada como um perfeito capital humano, que deveria ser cuidado, acompanhado e disciplinado, para que frutificasse como um bom cidadão no futuro. Esse direcionamento dos planos civilizatórios para a infância justificava-se por considerar que o avançar da idade era inversamente proporcional à possibilidade de moldar seu corpo, seu espírito, sua moral (BASTOS; STEPHANOU, 2005).

Os discursos que tomavam a educação da infância como tema de interesse partiam de pessoas que ocupavam os mais diferentes ramos da atividade profissional. Seduzidos pela possibilidade de intervenção, juristas, políticos, médicos, psicólogos e educadores, entre outros segmentos, apresentavam discursos e até mesmo projetos de ação, para lidar com situações entendidas como problema social, nas quais a infância pobre estaria inserida. Esses sujeitos encontraram na educação a resposta maior para os problemas do Brasil, tornando-se candentes as discussões sobre a necessidade de educar e instruir o povo como garantia da ordem social. De fato, a educação foi considerada um “antídoto” para os males que afligiam a nação (FREITAS; BICCAS, 2009).

As discussões eram travadas de forma articulada entre os diferentes ramos de atuação na sociedade. O discurso econômico, por exemplo, percebendo a criança como corpo produtivo, futura riqueza ou miséria das nações, procurava alertar os governantes para o “deprimente quadro da infância desamparada e para a elevada taxa de mortalidade infantil do país”, sugerindo que somente com o apoio da Medicina e da formação moral o Brasil poderia fazer frente a esses problemas e suprir a necessidade de um maior número de trabalhadores sadios para o futuro (RAGO, 1985, p. 167). Ao mesmo tempo, este também era um discurso político:

dar assistência médica e formação moral à infância significava evitar a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes, que em nada contribuiriam para o crescimento do País. Tal discurso visava confinar o menor abandonado, os pequenos mendigos, os órfãos e, de modo geral, a infância pobre, em instituições, entre elas a escola, onde estariam a salvo do perigo das ruas, espaço em que estariam sujeitas a contrair todos os vícios e acabariam se aparelhando para todos os crimes.

Essa pluralidade discursiva alertava que as crianças infratoras, órfãs ou membros de lares e famílias julgadas desfeitas ou desajustadas, deveriam ser atendidas por especialistas (assistentes sociais, médicos, educadores), considerados substitutos idôneos para cumprirem as funções do lar. Esse novo olhar visava também superar a tese de que a criança seria privada de senso moral. Na nova formulação, as crianças não nasciam criminosas, porém podiam ser afetadas por circunstâncias individuais ou sociais (desagregação familiar e contato com o vício) que as inclinariam para o crime, podendo ser corrigidas de diversas formas (LONDOÑO, 1996). A correção poderia ser encabeçada pela escola, por ajuda externa aos pais; pela separação de filhos e pais, no caso em que estes se inclinassem ao vício; pela entrega da guarda do menor a instituições apropriadas; e, finalmente, pela educação moral, social e religiosa dada a essas crianças (LONDOÑO, 1996).

Na história da educação brasileira, a infância pobre foi apresentada de diversas formas: a enjeitada da roda, a abandonada, a desvalida, a infratora, a perigosa, a deserddada, a desamparada (FREITAS, 2006). Já, na legislação e no discurso científico, ela não era designada como criança pobre, havia outros adjetivos: “delinquente”, “menor”, “anormal” (CARVALHO, 1997)¹. De acordo com Veiga e Gouvêa (2000), cada um desses adjetivos foi utilizado, ao longo da história brasileira, pois eram considerados mais condizentes com as ações de contenção promovidas pelo Estado em busca de uma suposta ordem, fosse ela política, religiosa, jurídica ou médica.

1 Embora muitos trabalhos demonstrem que a criança exposta e/ou abandonada também provinha de famílias ricas, esses termos foram, muitas vezes, utilizados para fazer referência à condição de pobreza da criança brasileira.

Acompanhando o cenário nacional, Minas Gerais se direcionou com intensidade ao problema da infância pobre. Como resposta à crescente heterogeneidade social enfatizada com a nascente república, as elites mineiras elaboravam amplos projetos de controle e homogeneização cultural dessa população. Nesses projetos, a escola pública primária tinha lugar de destaque, visando a um maior controle sobre os pobres (FARIA FILHO, 2000, p. 31).

Inserida nesse contexto de difusão da educação para a massa da população mineira, a *Revista do Ensino* ocupou um papel fundamental na escolarização da infância pobre no Estado. Impresso pedagógico oficial relançado pelo governo de Minas Gerais em 1925² e direcionado aos professores, aos diretores e aos demais funcionários da rede pública de ensino, a *Revista* foi responsável por disseminar um grande número de discursos sobre a educação da infância entre os anos de 1925 e 1930³.

Publicação oficial do governo de Minas Gerais, a *Revista do Ensino* circulou no estado entre os anos de 1925 e 1971, alcançando as mais distantes cidades. Possuía um caráter essencialmente pedagógico, responsável por disseminar as ações governamentais desenvolvidas na instrução escolar e também por formar e informar os professores do estado conforme os novos preceitos pedagógicos vigentes na época. Tal periódico, considerado por muitos pesquisadores o mais representativo na história da educação mineira, vem sendo utilizado como fonte de pesquisa em diversos trabalhos da área: Borges (1993), Duarte (1988), Peixoto (1983), Prates (1989), Souza (2001) e também nos estudos de Biccas (2002, 2006, 2008) que utiliza a *Revista* não só como fonte, mas também como objeto de pesquisa, na medida em que analisa aspectos relacionados à

2 De acordo com Biccas (2008), a *Revista do Ensino* foi criada originalmente em 1892 e teve um período curto de circulação, pois apenas três números foram publicados, sendo em seguida desativada. Em 1925, no governo de Fernando Mello Vianna, a *Revista do Ensino* foi reativada e permaneceu circulando até o primeiro semestre de 1940, tendo sido novamente interrompida devido à Segunda Guerra Mundial. Em 1946, voltou a circular até o primeiro semestre de 1971, no governo Rondon Pacheco, quando foi definitivamente extinta.

3 Tais discursos eram veiculados em artigos, poemas, avisos, conferências, leis, publicação de discursos políticos, capítulos de livros nacionais e estrangeiros, estes não só traduzidos como também adaptados.

materialidade da *Revista do Ensino* e aos conteúdos nela veiculados. Tais estudos oferecem subsídios para pensar a *Revista do Ensino* como fonte importante de informações para a história da educação⁴, e também como um dispositivo de ação do Estado, pois articulava diferentes estratégias para a difusão de discursos sobre a educação da (s) infância (s), incluindo seu segmento pobre, em Minas Gerais. Entre tais estratégias, pode-se citar a organização de diferentes projetos editoriais para a *Revista* que, de acordo com Biccás (2008), tinha como objetivo principal alcançar o maior número de professores leitores de suas páginas⁵.

No período recortado para esta pesquisa (1925-1930), a exposição do ideal de educação pretendido pelo estado mineiro para a infância, sobretudo a pobre, apresenta-se com clareza nas publicações da *Revista do Ensino*, o que nos ajuda a compreender variados aspectos dos interesses do governo sobre a condição sociocultural dessa infância.

A infância apresentada pela *Revista do Ensino* não é singular, e, sim, plural. Pode-se dizer que são muitas as infâncias retratadas nas páginas do periódico, a partir dos seus diferentes projetos editoriais ao longo dos cinco anos pesquisados. Essa (s) infância (s) foi (foram) apresentada (s) pela *Revista do Ensino* como a geração vindoura, que iria compor uma nação moralizada, saudável e produtiva e que, ao mesmo tempo, seria responsável por salvar o País das mazelas que o assolavam e lançá-lo ao patamar das nações civilizadas do mundo. Esse discurso mais amplo perpassou os cinco primeiros anos de publicação da *Revista do Ensino* e também duas diferentes reformas de ensino que ocorreram no estado, o

4 Como destaca Nóvoa (1997, p. 37), a imprensa pedagógica é, provavelmente, o veículo que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que manifesta o conjunto dos problemas desta área. “É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação”. Destaca, ainda, que tal fonte apresenta características próprias que a singularizam no “estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia”.

5 Um exemplo de tais estratégias editoriais diz respeito à elaboração das capas da *Revista do Ensino*. Estas, de acordo com Biccás (2008), deveriam ter a função de atrair os leitores, seja por sua beleza estética, com a veiculação de imagens; seja pela apresentação do sumário, que antecipava ao professor os autores, bem como os temas que seriam tratados naquela publicação.

que se materializou na confecção de diferentes propostas editoriais para a sua difusão.

Segundo Oscar Arthur Guimarães, Assistente Técnico do Ensino de Minas Gerais em 1929, a infância seria a raiz em que deveriam ser aplicados todos os tipos de ações para a promoção de mudanças:

O mal precisa ser atacado pela raiz. Na infancia é que esta a raiz. Voltemos pois os nossos olhos para a infancia. Mais nos ocupemos da infancia, menos teremos que nos ocupar da velhice. Ocupando-nos da infancia, estaremos erguendo energias vitais para a nação. Amparando a velhice estaremos apenas carregando pesos mortos. Infelizes cadáveres da nossa incúria ou imprevidencia; é obra piedosa, não resta duvida, mas obra de penitencia. Também a primeira é obra de caridade e de um alcance mais elevado, por ser constructora e preventiva (GUIMARÃES, 1929, p. 45)⁶.

Na busca por um “futuro melhor” para o estado de Minas Gerais, a infância foi pensada, por intelectuais e governantes da década de 1920, como “capital” que se deveria investir e proteger para que frutificasse em bons cidadãos. Essa ideia permeou grande parte dos discursos direcionados à infância e veiculados pela *Revista do Ensino* entre os anos de 1925 e 1930: “a infância é um capital que se deve proteger antes de qualquer outro”. E, ainda: “Cada creança que se educa, é um homem que se ganha” (MARGUERITTE, 1926, p. 143 e p. 136).

Tal educação que se pretendia para a (s) infância (s) e retratada pela *Revista do Ensino* deveria ser ampla, pois incluiria a educação da sua mente, mas também do seu caráter, de seus valores, bem como do seu corpo. A escola, considerada a instituição primeira dessa formação, teria como função ampliar tal educação para além de seus muros, ou seja, deveria suscitar a iniciativa não só dos professores, mas também dos pais na formação de seus filhos, desde a mais tenra idade. Assim, a família, influenciada pelo discurso escolarizador, deveria também ser conduzida em suas ações, atuando diretamente no comportamento de sua prole para educar conforme os modelos de infância que se queria formar.

6 Foram mantidas a grafia e a pontuação do texto original.

Dado que os paes se compenetrem da necessidade do seu papel de educadores e tenham, aliás, a disposição firme de desempenhar este encargo, estarão promptos a fazel-os com facilidade? Para conduzir, orientar a creança e formar o seu character não basta comprehendel-a, mas é necessário ter noções da technica da autoridade, que é ao mesmo tempo simples e precisa (A COOPERAÇÃO..., 1926, p. 207).

No entanto, era a infância pobre a que despertava maiores atenções, pois foi ela considerada, naquele momento, a mais distante de todos os modelos almejados para compor a sociedade. Nessa direção, afirmava o diretor da Escola Normal de Ouro Fino, Guerino Casassanta (1926, p. 149): “as questões relativas á educação popular começam a preocupar vivamente os Estados bem organizados, e se tornam objecto de particular analyse por parte dos governos”.

Em meio a uma diversidade de discursos sobre como educar a infância pobre, três se destacam mais entre os anos de 1925 e 1930 na *Revista do Ensino*: o discurso moral, o discurso médico e o discurso da Psicologia. Tais discursos são mais recorrentes no impresso analisado não somente em relação à questão da educação da infância pobre mineira, mas também em relação a outros sujeitos e saberes da educação daquele momento, como, por exemplo, na atuação dos professores, nos métodos de ensino e na organização do meio escolar⁷. No que diz respeito à educação da infância pobre, tais discursos, mesmo partindo de autores de diferentes formações e atuações, convergiam para um só fim: corrigir os defeitos da presumida má formação dessa infância por meio, principalmente, de sua educação.

Nesse sentido, a hipótese que guiou este trabalho é a de que os discursos sobre a infância pobre estavam centrados, especialmente, na educação escolarizada, como princípio mais eficiente para promover

7 Para os professores, o discurso moral veiculado pela *Revista do Ensino* prescrevia sua conduta na sociedade, que deveria ser exemplar e condizente com sua atuação. Já o discurso médico determinava, entre outros, procedimentos de higiene a serem praticados no ambiente escolar e também fora deste. E, por fim, o discurso da Psicologia atuava na inserção de novos procedimentos nos processos de ensino e aprendizagem como, por exemplo, os diversos testes criados e aplicados nos alunos, o que influenciou diretamente na prática dos professores e na organização do meio escolar.

modificações e “correções” na situação e na trajetória dessas crianças que ingressavam em instituições de ensino do estado. Assim, a educação, sobretudo na forma escolarizada, se apresentava como mecanismo possível de correção social de uma população que, por sua vez, também, promovia ações variadas de resistência e, provavelmente, sentia que suas formas e relações de sociabilidade eram diferentes e negadas pela escola⁸.

Partilhando da definição proposta por Faria Filho (2008, p. 78 e p. 78-79), a escolarização é entendida, neste trabalho, como um “processo de paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados”. O autor se refere ao que ele chama de “implicações/dimensões sociais, culturais e políticas da escolarização”. Esta passa a ser entendida em um sentido mais amplo, pela crescente ampliação do seu sentido para muito além dos muros da escola, como, por exemplo, na busca por uma formação não só da infância, mas também das famílias pobres. Trabalhar nessa dimensão significa reconhecer fenômenos os mais diversos, como, por exemplo, uma produção editorial voltada para o mercado escolar, como aqui é reconhecida a *Revista do Ensino*. Também significa abranger um conjunto de outras dimensões sociais que foram influenciadas pelo fortalecimento do “esforço escolarizador”.

Tendo em vista a recorrência dos discursos moral, médico e da psicologia na *Revista do Ensino* de Minas Gerais, entre os anos de 1925 e 1930, este trabalho objetiva mapear, descrever e analisar tais discursos, tendo em vista as relações de “saber”, “poder” e “a produção de verdade” que eles lançavam à sociedade sobre as formas de escolarização da infância pobre (FOUCAULT, 1988).

O mapeamento dos três discursos em questão se tornou possível após a leitura dos 52 números publicados entre os anos de 1925 e 1930 e do levantamento dos textos⁹ que traziam, em seu interior, enunciados relacionados aos discursos pesquisados e às questões da educação da infância pobre. É importante destacar que muitos textos trazem enunciados

8 Uma dessas ações de resistência seria a baixa frequência escolar dessas crianças.

9 Neste trabalho, a palavra “texto” é utilizada de forma ampla, pois se refere a todos os tipos de publicações escritas da *Revista do Ensino*, como: artigos, poemas, avisos, conferências, entre outros.

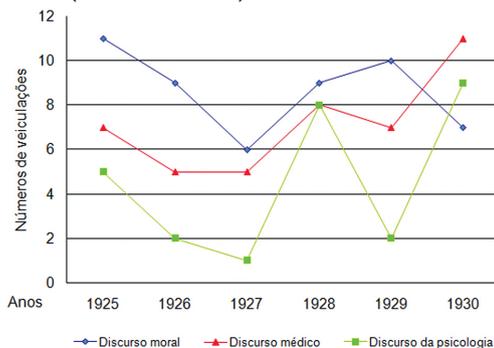
de mais de um dos discursos investigados, bem como uma pluralidade de enunciados de outros discursos. Nesse sentido, Foucault aponta que

[...] todo um domínio encontra-se, de fato, liberado. Um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância que é própria a cada um. Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor ou mesmo de um livro, o material que temos que tratar em sua neutralidade primeira é uma população de acontecimentos no espaço do discurso geral (FOUCAULT, 2008, p. 29-30).

Assim, através de “fragmentos”, muitas vezes desconexos, encontrados nos textos da *Revista do Ensino*, é que foi possível classificá-los. Tal classificação se tornou imprescindível durante a investigação, na medida em que propiciou uma maior proximidade com o material empírico da pesquisa e uma melhor interpretação e cruzamento dos dados.

Foram identificados e classificados 81 textos, na *Revista do Ensino*, que veicularam os discursos moral, médico e da Psicologia, direcionados às questões da educação da infância pobre. O número de veiculações de cada discurso dentro dos 81 textos classificados se mostrou bastante heterogêneo, como ilustra o Gráfico I.

Gráfico I – Número de veiculações dos discursos moral, médico e da Psicologia direcionados à educação da infância pobre na Revista do Ensino (1925 e 1930).



Fonte: Revistas do Ensino de Minas Gerais (1925-1930). Arquivo Público Mineiro.

A partir do Gráfico I, percebe-se que o discurso moral foi o mais recorrente sobre as questões de escolarização da infância pobre nas páginas da *Revista* entre os anos de 1925 e 1930, tendo 52 veiculações dos textos selecionados. Já o discurso médico aparece com o total de 43 veiculações, seguido do discurso da Psicologia, que teve 27 veiculações.

A maior recorrência do discurso moral na *Revista do Ensino* esteve associada a fatores políticos e religiosos que ocorreram não somente no estado mineiro, mas em todo o Brasil. A forte influência da Igreja católica na política educacional do País foi uma das grandes responsáveis pela força do discurso moral nas escolas. Das alianças, mas também rupturas, entre Igreja e Estado, emergiram dois tipos de discurso moral: o discurso moral religioso e o discurso moral leigo. Este último, de influência médica, mas, principalmente, da Psicologia, é um exemplo das aproximações, mas também dos afastamentos entre os três discursos investigados no cenário educacional do período. Cada um, com maior ou menor intensidade, se fez atuante nas instituições escolares, assim como na política educacional do País, de Minas Gerais e, conseqüentemente, na própria *Revista do Ensino*, como veremos a seguir.

Discursos que falam do espírito, do corpo e da mente da infância pobre por meio da *Revista do Ensino*

O discurso predominante na *Revista do Ensino* sobre a educação da infância pobre foi o discurso moral que, em grande parte, esteve associado à religião católica. Tal fato advém do contexto da época pesquisada: o governo mineiro apoiava a intervenção católica nas escolas públicas do estado de Minas Gerais, com interesses múltiplos, entre eles o de beneficiar-se do poder da Igreja católica na formação moral da massa da população mineira, o que poderia ajudar na manutenção da ordem no estado. Assim, muitas publicações e propostas editoriais da *Revista do Ensino* estiveram voltadas para este fim: educar moralmente a infância por meio do ensino religioso católico.

O discurso moral presente na *Revista do Ensino* associava-se, muitas vezes, ao assistencialismo e à caridade, também pautados por princípios religiosos, sendo a infância pobre seu tema principal. Era preciso cuidar da formação moral da infância pobre, para que seu caráter não fosse

corrompido diante das dificuldades enfrentadas na vida, o que prejudicaria os planos de constituição de uma população homogênea, mais fácil de ser controlada. Como aponta Souza (2004, p. 95), no entender das elites da década de 1920, a caridade, acompanhada dos mais puros valores e princípios morais, deveria impedir que as “abomináveis práticas do socialismo e da negação do direito de propriedade promovessem o famigerado nivelamento social, que destruíu o princípio da autoridade, criando o caos dos assassinatos, das revoluções ou das greves”.

Percebendo a importância da formação moral para a infância pobre, não somente os eclesiásticos foram os responsáveis por disseminá-la na *Revista do Ensino*. Políticos, professores, entre outros segmentos da atuação profissional da época, também se faziam valer desse discurso para propor ou promover ações sobre a educação da infância mais carente de Minas Gerais. Foi o caso do político mineiro Gustavo Penna, que, em março de 1925, publicou um texto em que chamava a atenção da população para o deprimente quadro da infância pobre no estado e dos problemas decorrentes dessa condição para sua educação. Penna apelava para a caridade do povo mineiro, em nome da fé, ao relatar o caso de uma aluna e suas dificuldades para frequentar a escola, diante de sua extrema pobreza:

Sahira muito cedinho aquella pequenita para o grupo escolar, onde as aulas começam as sete horas. Vindo de casa, na Barroca, distante dois kilometros, descalça, patinando a lama, surpreendeu-a, em caminho, uma chuva meúda e teimosa. Nem pensou em voltar, por ser das mais assíduas, e aquella era o dia de concurso de arithmetica. Seriam quase onze horas, quando a sua professora a viu empalidecer, e resvalar pesadamente, desmaiada, da carteira para o chão. Logo carregada para o gabinete da directora, e deitada no sofá, dir-se-ia uma defuntinha, esperando o seu caixão. Reanimada pela aspiração do ether, com o olhar meio turbado ainda, a menina explicou a causa do seu desmaio, com este santo commovente impudor, que, na inconsciencia da idade, teem as crianças pela sua nudez e pela sua miseria. Na pequena “cafua” onde residem a mãe, viúva, e tres irmãosinhos, ainda menores do que ella, ha muito não se sabe o que sejam o assucar, o café, a banha, o arroz. Contou, sem vexames, que na vespera tinha ido ao Mercado, com uma pequena moeda de quinhentos reis, para comprar tres tostões de banha e dois de batatas. Vendeu-lhe algumas o negociante, e explicou á menina que não podia fazer somente trezentos reis de banha, pois mal dariam para encher uma colher de sopa, tal o seu preço. E a pequena indigente, tão habituada á dura miseria, disse ao homem: - Não faz mal, não senhor. A mamãe está preparando agora a nossa comida mesmo sem isso, e a gente mata a fome assim mesmo. – Antes de ir para o grupo, ao amanhecer nesse dia, tinha bebido somente uns goles d’agua quente, sem assucar (PENNA, 1925, p. 11).

Destacando o comprometimento do Estado no fornecimento de escolas e professores para a educação da infância pobre, Penna reivindicava a participação da sociedade mineira por meio de doações, para manter esses alunos nas instituições educativas do estado. Para isso, aproveitou-se do catolicismo reinante em Minas Gerais e utilizou em seu discurso palavras de cunho religioso para persuadir a população.

Ao menino pobre deu o Estado a escola, a professora solícita, o livro. Cumpre que os particulares tomem parte activa nesta **santa missão**, de combater energicamente, **christãmente**, a formidável e densa camada de analfabetismo que nos humilha e consterna. Os paes de família bem poderiam auxiliar o desenvolvimento da escola primária, inscrevendo-se como socios contribuintes das utilíssimas caixas escolares. Os mais abastados, os mais generosos bem podiam não limitar a mesquinha mensalidade a sua contribuição, e, quando reflectirem sobre o destino do seu auxílio, ceder um pouco do que lhes sobeja em favor dos meninos indigentes. Quando lhes aconteça realizar um negócio muito rendoso, embora ricos, cedam uma pequena contribuição, com a boa vontade da viuva do **Evangelho**, que foi levar a boa feição o seu obulo (PENNA, 1925, p. 13, grifos do autor).

A pobreza e a falta de uma política assistencial na década de 1920 suscitaram uma verdadeira cruzada beneficente na sociedade em prol da infância. Instituições ligadas à Igreja católica e também a outras religiões, leigos, políticos, entre outros, propunham-se, isolada ou separadamente, a atender e a moralizar a infância pobre mineira. Dentro dos movimentos beneficentes direcionados à infância pobre, a atuação da mulher se destacou, pois, tendo, aparentemente, maior disponibilidade de tempo, por causa da discriminação de seu trabalho fora de casa naquele período, estaria mais disponível para organizar ações de caridade.

No discurso moral presente na *Revista do Ensino*, a presença da mulher se destacou pela atuação das “Associações das Mães de Família”. Formadas por mulheres consideradas “modelos” da sociedade mineira – mulheres casadas e seguidoras dos preceitos religiosos –, tais instituições deveriam

“cooperar estreitamente com as autoridades escolares para o fim de levantar na escola o nível moral e de saúde, promover a matrícula e a frequência escolar, concorrer para o desenvolvimento e o progresso das instituições escolares, particularmente as destinadas à assistência aos meninos pobres” (A NOVA..., 1928, p. 3).

As associações também deveriam angariar fundos para as caixas escolares, difundir a caridade entre a população, em prol da educação dos alunos mais necessitados, e, sobretudo, auxiliar as famílias pobres na educação moral e higiênica de seus filhos. Tal contexto fez da mulher a figura principal nos projetos de produção de cidadãos ordeiros, saudáveis e produtivos, ou seja, na formação de sujeitos aptos para compor a sociedade mineira.

Percebe-se que também no discurso médico as “Associações das Mães de Famílias” estiveram presentes. Segundo esse discurso, as associações deveriam “cooperar para o desenvolvimento da saúde dos escolares mais pobres” (A NOVA..., 1928, p. 3). Era solicitado que as mães participantes dessas associações administrassem os recursos das caixas escolares para promover a alimentação e a saúde desses alunos:

A escola deve manter uma pequena cozinha para fornecer uma merenda mais nutritiva às crianças pobres. A Associação das Mães de Família pode prestar um auxílio valiosíssimo. As senhoras dessa associação podem se encarregar de administrar a cozinha, angariar donativos, si a caixa escolar não suportar as despesas, enfim procurar todos os meios possíveis de melhorar as condições de saúde das crianças (MONTEIRO, 1929, p. 65).

Assim como as “Associações das Mães de família”, outras “instituições” foram incorporadas ao discurso médico, como a caixa escolar, considerada instrumento de saúde, pois prestava auxílio aos alunos pobres, dando-lhes condições de melhoria física, pelo fornecimento de roupas, remédios e, principalmente, de alimentação, por meio da merenda escolar.

Questões ligadas à saúde da infância foram recorrentes na *Revista do Ensino* no período em tela. A população pobre, considerada a mais vulnerável ao processo predatório do amontoado urbano, pela sua moradia quase sempre precária e por suas também precárias condições econômicas, foi o principal alvo das campanhas de formação higiênica, empreendidas pelo governo mineiro na década de 1920, que visava à formação do “homem estheta, patriota, de corpo forte, belo e são” (A MEDICINA..., 1927, p. 507). Naquele momento, a saúde da infância pobre se tornou alvo de preocupações em Minas Gerais. De acordo com publicação da *Revista do Ensino*, “as crianças das classes proletárias, em razão das condições de meio, apresentam estatura, peso e perímetro

thoracico menores dos que as das classes abastadas” (DRUMOND, 1928, p. 89). Assim sendo, essas crianças deveriam ser acompanhadas de perto em sua formação, para que esta não fosse deficitária, em razão das poucas condições de saúde desses alunos.

A disseminação dos preceitos higiênicos e de saúde para a formação da infância pobre foi defendida como primordial para a sua formação, e as escolas eram o espaço principal onde se daria essa formação. Por intermédio da escola, pretendia-se mudar a frágil situação física das crianças menos favorecidas e também a de suas famílias, transformando seus hábitos de higiene e, assim, melhorando sua saúde. Essa transformação seria encabeçada pela atuação dos professores, seguida pela ação dos demais funcionários da escola e também por todos aqueles que pudessem contribuir com a educação dessa infância, mormente a família e a comunidade, se tivessem condições higiênicas de contribuir.

No estado de Minas Gerais, a presença da Medicina nas escolas se fez, especialmente, por meio do “serviço de higiene escolar”. Este tinha por objetivo: “(fazer o) estudo anthropológico generalizado da creança, corrigir anomalias, prescrever alimentação especial, fazer tratamentos oportunos, cogitar a condição do prédio e de acomodação da creança e por em contacto a família e a escola” (A MEDICINA..., 1927, p. 508).

Já o *Regulamento do Ensino Primário*, de 1924, em Minas Gerais indicava que, na capital, haveria um médico de higiene indicado pelo governo e, nos municípios, eles seriam indicados pelos delegados de higiene. Previam-se, também, o atendimento odontológico e a distribuição gratuita de escovas de dente e óculos para os alunos pobres deles necessitados.

A Medicina também se fez presente na educação da infância pobre por meio da “inspeção médica escolar”. Tal inspeção objetivava averiguar a evolução normal, subnormal ou supernormal dos alunos; o peso e a altura de cada um em relação a sua idade, o que permitiria a produção de uma “ficha sanitario-pedagogica” (INSPECÇÃO... 1926, p. 34). O interesse das inspeções era identificar e combater “males orgânicos” que prejudicavam, em maior parte, as crianças pobres. “Quantas creanças pobres frequentam com extraordinario sacrificio as aulas de algum estabelecimento publico e, afinal, não conseguem, devido a enfermidade e defeitos organicos, um resultado que compense o seu heróico esforço” (NOVAES, 1925, p. 32). O discurso médico presente na *Revista do Ensino* também destacava a falta de higiene das famílias pobres, sobretudo no tocante ao vestuário, às

acomodações e à alimentação; e esta última, de acordo com as publicações, era precária, refletindo em casos de desnutrição e, conseqüentemente, no pouco desenvolvimento físico e intelectual de muitas crianças. Em algumas publicações da *Revista*, percebe-se que variadas foram as formas para que se promovessem hábitos saudáveis nas crianças pobres que frequentavam a escola pública mineira. A formação higiênica deveria atingir não só seu corpo individualizado, mas também os hábitos de seus familiares, pois se esperava que ela transpusesse para o ambiente em que vivia os ensinamentos recebidos na escola.

Nos meios domésticos, onde a prophylaxia mais elementar das doenças facilmente evitáveis é quase desconhecida, o alumno se impressiona entre a indiferença ou negligencia dos paes e o cuidado e as medidas higienicas que o mestre na escola preconiza e adopta. O pae fuma e escarra, a mãe levanta poeira varrendo, a fonte onde se colhe água de bebida é muito próxima ao depósito de lixo; o dormitório não é bem arejado, nem desinfectado após as moléstias contagiosas. A criança aprende na escola que tudo isto é perigoso, funesto á sua propria saude e á da dos seus; o instinto de conservação dá-lhe forças para intervir com coragem; ousa dizer o que se lhe ensinou e ás vezes pede ao mestre conselhos que a habilite a ensinar o que se aprendeu a temer (A CRIANÇA... 1926, p. 126).

Da mesma forma, o alcoolismo, considerado pela Medicina como um dos males das classes sociais inferiores, que degeneraria a raça, também deveria ser combatido pela escola entre os alunos e seus familiares. Em junho de 1926, a *Revista do Ensino* publicou “Como ensinar o anti-alcoolismo”, conferência dedicada ao magistério público primário e realizada pelo professor Maurício de Medeiros. Na conferência, o professor compara o alcoolismo à tuberculose e afirma que ambas deveriam ter profilaxias semelhantes, procurando cercar, proteger e preservar a infância. Para essa ação, confiava-se na intervenção educativa: “movei-vos vós, professoras e ensinae aos vossos alumnos, aos homens de nosso Brasil de amanhã, como o horror a esse vício póde lhes dar um lar feliz, uma vida honesta e uma pátria grande”. A degeneração mental, a dissolução da família, a desvalorização da raça e a propensão ao crime eram as principais conseqüências apontadas por Medeiros (1926, p.126) para alertar os professores quanto a sua “importante missão patriótica” na formação da infância.

De acordo com Gondra (2002), o alcoolismo infantil se constituía em prática comum no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sendo apontado como uma das mais importantes questões de higiene social. A rua, considerada o espaço do ócio e também do vício, foi caracterizada como “lugar da degeneração” da infância; já a escola foi vislumbrada como espaço de prevenção e inibição dos riscos provenientes do cotidiano dos meios mais pobres, sendo caracterizada como “lugar de preservação” (CAMARA, 2010, p. 65).

Dentro desse contexto de valorização da escola como “lugar de preservação”, surgiram os “Pelotões de Saúde”, instituição que iria auxiliar a escola na formação higiênica da infância. Formados por alunos que se destacavam em sua higiene, os “pelotões” teriam como função “incutir e fixar hábitos de hygiene nos escolares e a generalizal-os na localidade” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1.203). As crianças pobres se tornaram um dos principais alvos dos “Pelotões de Saúde”, seja pelas roupas de pouco trato que usavam para ir à escola, seja pela sua desnutrição aparente ou por sua conduta em relação aos hábitos de higiene tanto no meio escolar quanto fora dele. Os alunos dos “pelotões de saúde” eram encarregados de fazer, em cadernetas, anotações sobre a situação de higiene de seus companheiros na escola e também no meio social e familiar destes (O GRANDE..., 1928, p. 41). Entre os deveres dos “pelotões de saúde” estariam alertar os professores sobre os maus hábitos de higiene e problemas de saúde de um colega ou encaminhar um aluno pobre para o serviço dentário.

Assim como no discurso moral, o discurso médico esteve associado ao controle e à transformação da infância pobre, pela atuação das “Associações das Mães de Família” ou dos “Pelotões de Saúde”, mas também pela realização de exame médicos e pela produção de “fichas sanitárias”, nas quais foi elaborado todo um registro dos escolares. A esse aparato de captação de informações, Foucault denominou “campo científico-disciplinar”. Do Ó (2007, p. 44) assim observa: “Foucault denomina de *campo científico-disciplinar* todo o aparelho de anotações e registro das aptidões, capacidade e do percurso biográfico de cada estudante. Para ele a medicina, a psicologia, entre outras ciências do indivíduo não cessam de investigar, tendo como referencia única um padrão de normalidade”.

Assim, pela observação do comportamento e das condições de saúde de cada aluno, foram produzidos boletins, relatórios, relatos clínicos, fichas médicas – enfim, toda uma “verdade” sobre o indivíduo foi extraída. O

corpo da criança se tornou objeto de manipulação e condicionamento. Da produção dessa verdade, surgiu um saber que detectava e buscava normalizar a infância pobre para a sociedade, e dessa produção de saber surgiu uma nova “tecnologia de poder” que, segundo Foucault, se aplica à vida dos indivíduos: o “biopoder” (FOUCAULT, 1988, p. 133).

Trata-se de um poder que se aplica à vida dos indivíduos, mesmo que se fale nos corpos dos indivíduos, o que importa é que tais corpos são tomados naquilo que eles tem em comum: a vida, o pertencimento a uma espécie. [...] o biopoder faz uma biopolítica da espécie humana. Trata-se de uma biopolítica porque os novos objetos de saber que se criam ‘a serviço’ do novo poder destinam-se ao controle da própria espécie; e a população é o novo conceito que se cria para dar conta de uma dimensão coletiva, até então, não havia sido uma problemática no campo dos saberes (VEIGA-NETO, 2007, p. 73).

Também partindo de pressupostos científicos para uma possível transformação da sociedade, a Psicologia foi utilizada para a identificação e a normalização do comportamento e das condutas da infância pobre nas escolas mineiras na década de 1920. No discurso da Psicologia, os indivíduos eram considerados em função de sua normalidade, o que é, de acordo com Foucault, um dos grandes instrumentos de (bio) poder para o controle da sociedade. Para o autor, tomar alguém como objeto de ciência resulta numa forma mais eficaz, aceitável e econômica de controlar. Encontrar o outro, o estranho, o diferente, para afastá-lo do normal – enfim, marcar o diferente como diferente não produz apenas preconceito; produz, também, o indivíduo da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1994).

O discurso da Psicologia direcionado à educação da infância pobre na *Revista do Ensino* esteve relacionado às questões de classificação e separação das crianças em classes diferenciadas nas escolas. Tal prática se justificativa pela alegação de que haveria, assim, um melhor aproveitamento no ensino-aprendizagem dentro das instituições educativas de Minas Gerais. “Fazer classes separadas para alumnos normaes, sub-normaes (mentalmente débeis, atrasados, repetentes, faltosos, etc.) e super-normaes (muito inteligentes). Dividir cada classe em secções A, B, C, D, separando os alumnos, de modo que suas aptidões apresentem poucas divergencias em cada secção” (ESCOBAR, 1925, p. 214).

No entanto, tal classificação proposta pela Psicologia Educacional daquele momento produziu não somente um lugar específico para a infância pobre na escola, mas também a estigmatizou, a partir do momento em que tais crianças foram enquadradas na categoria de classificação “anormal”¹⁰.

Buscando demonstrar que a categoria “anormal” acometia, muitas vezes, as crianças pobres, o médico Arthur Ramos, já no início do século XX, na década de 1930, verificava e apontava problemas na utilização da terminologia “anormal”: considerava o termo impróprio em todos os sentidos. Isso porque muitas crianças, com qualquer problema de aprendizagem, já recebiam esse rótulo, mas seu maior problema era o de origem social e familiar (GARCIA, 2006, p. 68). “Esta denominação – imprópria em todos os sentidos – engloba o grosso das crianças que, por várias razões, não podiam desempenhar os seus deveres de escolaridade em paralelo aos outros companheiros, os normais” (RAMOS, 1950, p. 13).

O alerta de Ramos se direcionava para o fato de que muitas classificações só levavam em consideração alguns fatores, como, por exemplo, a idade mental e a idade cronológica dos alunos, para a determinação de sua condição de normalidade ou anormalidade, desconsiderando qualquer influência social e familiar. Em publicação na *Revista do Ensino* de 1925 (SEPARAÇÃO..., 1925, p. 44), é possível perceber tal propensão: “Binet opina que deve ser segregado como suspeito de inteligência anormal, todo o aluno que, havendo frequentado de um modo regular a escola, apresente um atraso escolar de dous annos, si menor de nove, e de tres annos, si maior”.

Foi grande a presença do discurso da Psicologia, pautado pelas concepções de normalidade e anormalidade dos alunos na *Revista do Ensino*. Tal classificação se dava através dos testes de inteligência: “A aplicação intelligente dos tests mentais facilita grandemente a distincção dos sub-normaes” (CUNHA, 1926, p. 56). O governo de Minas, disposto a marcar sua presença no cenário da ciência aplicada à educação, que se esboçava pelo mundo, publicou, na *Revista do Ensino* de 1925

10 Concluía-se que a criança era normal, quando coincidiam suas idades de vida e intelectual, esta última, medida através de diferenciados testes de inteligência.

(GUIMARÃES, 1925, p. 87-88), as “vantagens para o progresso do Estado” no uso de tais “tests”:

1º Maior eficiencia no ensino, pois nestes serão consideradas com mais segurança as diferenças individuais.

2º Descoberta das intelligencias superiores que, bem dirigidas e encaminhadas, prestarão luminoso serviço ao desenvolvimento do Estado e mesmo do Paiz.

3º Aproveitamento do talento e das capacidades innatas dos individuos que podem ser melhor orientados na escolha de profissões.

4º Melhor organização dos estabelecimentos que seguirem o governo na adopção de TESTS quanto á admissão de seu pessoal, taes como operarios de fabricas, empregados de comercio e etc.

5º Diminuição de crimes, pois está reconhecido já que as pessoas que soffrem de fraqueza de intelligencia são propensas a commeter crimes. Desde que este defeito seja descoberto na escola, poderão ellas receber educação adequada e os cuidados que merecem para garantia da sociedade.

6º Melhor fiscalização dos trabalhos escolares e maior estímulo para os bons professores.

7º Melhoría do material didactico, pois o uso dos tests pedagogicos exige.

Percebe-se que o item cinco, que revela as propensões ao crime em alunos com “fraqueza de inteligência”, não leva em conta, para essa classificação, a condição social da criança, mas somente sua condição intelectual. Partindo das afirmações de Arthur Ramos, é possível perceber que grande parte desse discurso se direcionava à infância pobre, principalmente no momento em que esteve associada a situações de criminalidade. Tal evidência fica ainda mais marcada, quando a professora e também autora do texto cita, ainda, a importância da descoberta de crianças “subnormais”, para que se pudesse “transforml-a em elemento conctrutor na sociedade”. Ainda segundo a autora, partindo de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, por meio de estudos acurados, “verificou-se que a criança anormal precisa de tratamento especial para não prejudicar a sociedade em que

vive, quando se tornar adulto” (GUIMARÃES, 1925, p. 88 e p. 87-88). A autora ainda ressalta de que forma a questão era tratada naquele país:

Nos Estados Unidos isto não se dá facilmente. A frequência á escola é obrigatoria e lá a intelligencia da criança é seriamente examinada, e mil associações phylantropicas estão promptas a encarregar-se das crianças que podem ser transformadas em factores efficientes do progresso da nação. São modelares os asyls de orphãos e as casas de correccão para menores. Nestas ultimas, há psychologos especialistas em tratamentos de creanças delinquentes, que lhes curam ou pelo menos alliviam as molestias do corpo e da alma (GUIMARÃES, 1925, p. 88).

A partir do momento em que os testes passaram a classificar os alunos em normais e anormais, de acordo com a norma determinada pela sociedade na década de 1920, muitos estudantes foram encaminhados para classes e, até mesmo, instituições específicas. Tal fato nos ajuda a perceber indícios do início da produção de um lugar específico para a educação da infância pobre, presumidamente analisada por métodos científicos.

Contudo, a classificação e a separação dos alunos em classes diferenciadas nas escolas e também em outras instituições visava não somente transformar o aluno anormal – o pobre, principalmente –, mas também afastá-lo dos alunos ditos normais, para não prejudicar, assim, a formação de uma classe diferenciada: a elite, a nata intelectual do povo: “quantas crianças não perdem o estímulo de progredir obrigadas a marcar passo, porquanto a professora é automaticamente forçada a regular a marcha da classe pelos mais atrasados” (CUNHA, 1926, p. 57). Esta afirmação vem confirmar tal constatação: “Uma democracia, mais que todo outro regime, tem necessidade de uma elite, intellectual e moral. É, pois, de interesse da sociedade e dos individuos, seleccionar as creanças bem dotadas, collocando-as em condições mais próprias para o desenvolvimento de suas aptidões naturaes” (OS METODOS..., 1925, p. 152).

Também para o professor Heitor Alves (1927, p. 571), a separação entre os “mediócras” e uma “elite intelectual” ajudaria a sociedade na formação de “cérebros fortes, orientadores da vida nacional, patrimônio espiritual, gloria da pátria futura!”. E acrescenta:

Por que não separar o trigo do joio, o minerio valioso da ganga infusível, o crystal bellissimo, rutilante, da materia amorpha? [...]. Mas, no entanto, nas escolas ordinarias, nas aulas mixtas, esses espiritos lucidos sentem-se presos a programmas escassos, retardados pelos mediocres, que lhes tohem os passos na aprendizagem rapida, na insofreavel de sua vivacidade, restringida a amplidão de seus horizontes escampos (ALVES,1927, p. 572).

Para Foucault (1994, p. 151), “a divisão segundo as classificações em dois graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar”. Para o autor, a escola, como instituição que compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza e exclui, também normaliza. Assim, é preciso atentar para o fato de que a separação entre alunos normais e anormais nas escolas mineiras não teve o interesse somente de reconhecer e privilegiar a primeira categoria, mas também o de segregar e transformar a segunda, de acordo com as normas vigentes na sociedade daquele período.

Para a transformação dos chamados “anormais”, o Secretário do Interior em 1927, Francisco Campos, direcionava seu discurso para importância do ensino voltado para o trabalho como a melhor forma de “aproveitar” esse “resíduo de alunos”:

A este residuo das escolas primarias é necessario, para que seja convenientemente aproveitado e transformado em valores uteis, aplicar um tratamento especial. A obra da escola deverá ser, quanto a elles, de character mais acentuadamente educativo do que em relação ás creanças normaes, pois trata-se, no caso, de realizar, simultaneamente com o ensino e a educação e pelo ensino e a educação, uma verdadeira pratica de orthopedia mental, destinada a corrigir, rectificar e eliminar defeitos psychicos, de ordem sensorial e intellectual, de maneira a aproximal-os, sinão inteiramente, ao menos em parte, do plano do normal, de que se acham mais ou menos acentuadamente desviados. O ensino, nesses casos, devera reduzir-se ao mínimo, assenhorando-se o trabalho educativo de todo o campo da atenção do professor, recommendados os trabalhos manuaes, não sómente pelo seu valor educativo, como também preparação profissional a indivíduos que somente com o trabalho de suas mãos poderão contar para viver (MINAS GERAIS, 1927, p. 1.137).

Percebe-se, na exposição de Campos que acompanha o decreto n. 6. 555, de 1927, que a educação dos anormais estaria apoiada na ideia de formar cidadãos úteis para a sociedade. Ao formar cidadãos produtivos, mesmo que com o mínimo de formação intelectual, não só se pretendia aproximá-los da normalidade pretendida para a sociedade, mas também evitar que se tornassem sujeitos dependentes e, sobretudo, ociosos, o que consistiria em perigo para a ordem social e prejuízo para a economia do Estado.

Apesar do reconhecimento, por parte de Artur Ramos e de outros intelectuais da época, de que a condição social influenciaria na condição intelectual de um aluno, não foram deixadas de lado as classificações e as segregações que acometiam as crianças que frequentavam as escolas do estado de Minas Gerais. Tal fato esteve intimamente ligado, como visto até aqui, ao desejo de transformação da infância pobre, para que esta chegasse à condição de normalidade estabelecida pela sociedade daquele momento. Tal desejo também permeou os discursos moral e médico, que foram acatados e disseminados pelo governo mineiro por meio da *Revista do Ensino* durante seus seis primeiros anos de circulação.

Algumas considerações

Na década de 1920, a escola foi vista como instituição central nos projetos de transformação da sociedade, principalmente nos processos de homogeneização da população. Mais do que qualquer outra instituição, ela foi o centro de interesse de variados discursos, vista como importante dispositivo para operar mudanças significativas, engendrando novas subjetividades na infância pobre e, conseqüentemente, na população menos favorecida. Com isso, cumpriu um papel decisivo na constituição da sociedade da época, sendo, depois da família – mas, muitas vezes, antes dela –, a “instituição de sequestro” pela qual todos deveriam passar (VEIGA-NETO, 2007, p. 71).

Para alcançar o maior número de crianças escolarizadas, o governo mineiro criou variados dispositivos, entre eles a própria *Revista do Ensino*, que, através de suas diferentes produções editoriais, foi utilizada na divulgação de diretrizes para a educação da infância pobre por meio de diferentes discursos e “tecnologias de poder”. O que se percebe é que

o interesse do estado mineiro era incluir essa infância em seus sistemas de ensino para um meticuloso controle de suas ações e transformação de seus costumes.

Associados à ideia de escolarização da infância pobre e buscando intervir e modificar sua realidade, os discursos moral, médico e da Psicologia se mostraram, no principal periódico educacional de Minas Gerais, a *Revista do Ensino*, como os mais atuantes entre os anos de 1925 e 1930. Tais discursos versavam não só sobre a formação dessa infância, mas também sobre outros sujeitos e saberes da educação como, por exemplo, a conduta moral dos professores, as construções dos prédios escolares, os métodos de avaliação dos alunos, entre outros.

Para atingir o ideal de cidadão, tão almejado pela sociedade naquele período, a infância pobre foi produzida, de diferentes formas, por cada um dos três discursos mais recorrentes na *Revista do Ensino*. O discurso moral produziu a infância indigente, que necessitava da assistência caritativa da população para manter-se na escola; já o discurso médico gerou a infância desvalida, que deveria, junto com sua família, ser higienizada e regenerada pela escola; e, por fim, o discurso da Psicologia produziu a infância anormal, que, vista como a mais distante dos padrões de conduta determinados pela sociedade da época, deveria ser categorizada, corrigida e homogeneizada pela escola para o futuro convívio em sociedade.

Mesmo havendo distanciamentos entre os três discursos ao longo do período investigado, eles, ao se direcionarem à educação da infância pobre, tinham um objetivo em comum: corrigir seus presumidos defeitos ocasionados por uma precária formação social e familiar. Em todos os três discursos analisados, a infância pobre ocupou o espaço da exclusão, mesmo que incluída na escola. Tais discursos, à medida que produziram “verdades” sobre essa infância, produziram, também, o silêncio dela, no momento em que procurou homogeneizar suas atitudes.

Pode-se dizer que os discursos analisados neste trabalho legitimaram ou desautorizaram práticas cotidianas com a infância pobre em seu processo de escolarização. Falavam em nome da ciência ou da fé, ao mobilizar teorias e saberes e ao prescrever práticas sobre a educação dos menos favorecidos. Discursos que abordavam mais o dever ser da criança pobre no meio escolar e social do que suas reais necessidades e angústias, que foram quase totalmente silenciadas no jogo de poder exercido por tais discursos.

Fontes

MINAS GERAIS. Decreto n. 6. 555, de 19 de agosto de 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. In: *Coleção de Leis e Decretos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970A, de 15 de outubro de 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. In: *Coleção de Leis e Decretos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928. v. III.

RAMOS, A. (1939). *A criança problema: a higiene mental na escola primária*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1950.

REVISTA DO ENSINO. Órgão oficial da Diretoria e Inspeção Geral da Instrução Pública de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925-1930.

Referências

A COOPERAÇÃO das famílias na educação. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 15, p. 207, jun. 1926.

A CRIANÇA também pode ter influencia na educação dos pais. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 13, p. 126, abr. 1926.

ALVES, H. Escola de inteligentes. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 24, p. 571, nov. 1927.

A MEDICINA e a escola. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 22, p. 507, ago./set. 1927a.

A MEDICINA e a escola. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 22, p. 508, ago./set. 1927b.

A NOVA escola de Minas. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, p. 3, out. 1928.

BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. Infância, Higiene e Educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu, MG. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação,

2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm>>. Acesso em: jun. 2010.

BICCAS, M. S. Da revista à leitura: a formação dos professores e a conformação do campo pedagógico em Minas Gerais (1925-1940). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JUNIOR, D. (Org.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EdUFU, 2002. p. 175-196.

BICCAS, M. S. Impresso pedagógico como objeto e fonte para a História da Educação em Minas Gerais: Revista do Ensino (1925-1940). In: MORAIS, C. C.; PORTES, E. A.; ARRUDA, M. A. (Org.). *História da Educação: ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 71-106.

BICCAS, M. S. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BORGES, V. L. A. *A ideologia do caráter nacional da educação em Minas: Revista do Ensino (1925-1929)*. 1993. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

CAMARA, S. *Sob a guarda da República: a infância memorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARVALHO, M. M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 269-287.

CASASSANTA, G. Educação – obra do amor. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 14, p. 149, maio 1926.

CUNHA, M. L. A. O trabalho inteligente do mestre. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 11, p. 57, fev. 1926.

CUNHA, M. L. A. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 11, p. 56, fev. 1926.

DO Ó, J. R. O governo do aluno na modernidade. *Revista Educação - Foucault pensa a educação*. São Paulo: Segmento, 2007. p. 36-45.

DRUMOND, A. Questões de Pedagogia. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 26, p. 89, out. 1928.

DUARTE, M. R. T. *O trabalho de ensinar: pedagogia para a professora*. 1988. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

ESCOBAR, J. R. Metodologia – aprendizado educativo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 8, p. 214, out. 1925.

FARIA FILHO, L. M. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, L. M. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA, T. N. L.; VEIGA, C. G. *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 77-97.

FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREITAS, M. C. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS, M. C.; BICCAS, M. S. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GARCIA, R. A. G. Arthur Ramos e a análise da criança-problema (Rio de Janeiro 1930-1940). *Linguagens, Educação e Sociedade* – Revista do Mestrado em Educação, Piauí, v. 11, n. 14, p. 59-72, jun. 2006.

GONDRA, J. G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JUNIOR, M. (Org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 289-318.

GUIMARÃES, I. Progressos dos métodos e meios de educação no Brasil. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 4, p. 87-88, jun. 1925.

GUIMARÃES, O. A. Escola Nova. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 35, p. 45, jul. 1929.

INSPECÇÃO medica escolar em Belo Horizonte. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 11, p. 34, fev. 1926.

LONDOÑO, F. T. A origem do conceito Menor. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 129-145.

MARGUERITTE, V. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 13, p. 143, abr. 1926.

MEDEIROS, M. Como ensinar o anti-alcoolismo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 15, p. 201, jun. 1926. Conferência.

MONTEIRO, A. C. Instituições Escolares. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 36, p. 65, ago. 1929.

NOVAES, A. S. Assistencia medico escolar. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 1, p. 32, mar. 1925.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-31.

O GRANDE movimento educativo no BRASIL. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 27, p. 41, nov. 1928.

OS METHODOS de educação e hygiene applicada. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 6, p. 152, ago. 1925.

PEIXOTO, A. M. C. *A Reforma educacional Francisco Campos – Minas Gerais*, Governo Presidente Antônio Carlos. 1983. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

PENNA, G. Alumnos indigentes. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 1, p. 11, mar. 1925.

PRATES, M. H. O. *A introdução oficial do movimento de escola no ensino público de Minas Gerais: a Escola de Aperfeiçoamento*. 1989. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SEPARAÇÃO de alunos suspeitos de inteligência anormal. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 2, p. 44, abr. 1925.

SOUZA, M. A. *A economia da caridade: estratégias sociais e filantropia em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

SOUZA, R. C. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930)*. 2001. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VEIGA, C. G.; GOUVÊA, M. C. S. Comemorar a infância, celebrar qual criança? *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 135-160, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022000000100010&script=sciarttext>>. Acesso em: 4 mar. 2010.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Endereço para correspondência
Paula Cristina David Guimarães
Pedro Vicentini, 38
Colônia do Marçal
São João del-Rei - MG
CEP: 36302-278
E-mail: paulacdg@yahoo.com.br

Recebido em: 13 jun. 2012
Aprovado em: 28 dez. 2012